

A Experiência da Comuna de Paris - Análise de Marx

Vladimir Ilitch Lenin

Capítulo III do Livro **Estado e a Revolução** um obra importante de Lenin, escrito em Agosto-Setembro de 1917 e foi lançada a Primeira edição em 1918



Pintura sobre a Comuna de Paris

1. Onde Reside o Heroísmo da Tentativa dos Comunardos

Como se sabe, alguns meses antes da Comuna, no outono de 1870, Marx, pondo de sobreaviso os operários parisienses contra o perigo, demonstrava-lhes que qualquer tentativa para derrubar o governo era

uma tolice ditada pelo desespero. Mas quando, em março de 1871, a batalha decisiva foi imposta aos operários e estes a aceitaram, quando a insurreição se tornou um fato consumado, Marx saudou com entusiasmo a revolução proletária. Apesar dos seus sinistros prognósticos, Marx não teimou em condenar por pedantismo um movimento "premature", como o fez o renegado russo do marxismo Plekhanov, de triste memória, cujos escritos instigadores e encorajavam à luta os operários e camponeses em novembro de 1905, e que, depois de dezembro de 1905, gritava como um verdadeiro liberal: "Não deviam pegar em armas!"

Marx não se contentou em entusiasmar-se com o heroísmo dos comunardos, "tomando o céu de assalto segundo a sua expressão. Muito embora o movimento revolucionário das massas falhasse ao seu objetivo, Marx viu nele uma experiência histórica de enorme importância, um passo para a frente na revolução proletária universal, uma tentativa prática mais importante do que centenas de programas e argumentos. Analisar essa experiência, colher nela lições de tática e submeter à prova a sua teoria, eis a tarefa que Marx se impôs.

A única "correção" que Marx julgou necessário introduzir no Manifesto Comunista, ele a fez, segundo a experiência revolucionária dos comunardos de Paris. O último prefácio do Manifesto Comunista, assinado conjuntamente pelos dois autores, data de 24 de junho de 1872. Karl Marx e Friedrich Engels dizem ali que o programa do Manifesto "está hoje envelhecido em alguns pontos".

A Comuna, especialmente, demonstrou que "não basta a classe operária apoderar-se da máquina do Estado para adaptá-la aos seus próprios fins.

As últimas palavras entre aspas dessa citação foram tiradas da obra de Marx: A Guerra Civil em França. Assim, Marx e Engels atribuíam tão grande importância a uma das lições fundamentais da Comuna, que a introduziram, como modificação essencial, no Manifesto Comunista.

É bastante característico que seja justamente essa modificação essencial o que os oportunistas deturpam, a tal ponto que sem dúvida os nove décimos, se não os noventa e nove centésimos dos leitores do Manifesto, não perceberam seu alcance. Desta deformação falaremos num dos capítulos seguintes, consagrado especialmente às deformações. Aqui, bastará salientar a "interpretação" corrente, vulgar, da famosa fórmula de Marx por nós citada, segundo a qual a ideia acentuada por Marx seria a do desenvolvimento lento em oposição à conquista do poder, etc.

Na realidade, é justamente o contrário. A ideia de Marx é que a classe operária deve quebrar, destruir a "máquina do Estado", não se limitando apenas a assenhorear-se dela.

Em 12 de abril de 1871, isto é, precisamente durante a Comuna, Marx escrevia a Kugelmann:



www.averdade.org.br

"Reli o último capítulo do meu 18 de Brumário. Afirmo que a revolução em França deve tentar, antes de tudo, não passar para outras mãos a máquina burocrática e militar - como se tem feito até aqui - mas quebrá-la (zerbrechen: a palavra é grifada por Marx no original). Eis a condição preliminar para qualquer revolução popular do continente. Eis também o que tentaram os nossos heróicos camaradas de Paris (Neue Zeit, XX, 1, 19011902, p. 709)(6)".

Essas palavras - "quebrar a máquina burocrática e militar do Estado" - condensam a grande lição do marxismo a propósito do papel do proletariado revolucionário com relação ao Estado. E é precisamente esta lição que se esquece completamente e que a "interpretação" dominante do marxismo, obra de Kautsky, deturpa completamente!

Quanto ao 18 de Brumário, já anteriormente citamos por extenso a passagem a que se refere Marx.

Nessa passagem, há principalmente dois pontos que assinalar. **Primeiro**, ele torna extensiva a sua conclusão apenas ao continente. Isso compreendia-se em 1871, em que a Inglaterra era ainda um modelo de país puramente capitalista, mas sem militarismo e, até certo ponto, sem burocracia. Eis por que Marx excluiu a Inglaterra, onde a revolução, e mesmo a revolução popular, parecia possível, e o era, sem a destruição prévia da "máquina do Estado".

Em 1917, na época da primeira guerra imperialista, essa restrição de Marx cai: a Inglaterra e os Estados Unidos, os maiores e últimos representantes no mundo da "liberdade" anglo-saxônica, sem militarismo e sem burocracia, se atolam completamente no pântano infecto e sangrento das instituições burocráticas e militares à europeia, onde tudo é oprimido, tudo é esmagado. Atualmente, tanto na Inglaterra como na América, "a condição prévia para uma revolução verdadeiramente popular" é igualmente a desmontagem, a destruição da "máquina do Estado" (levada, de 1914 a 1917, a uma perfeição europeia, imperialista).

Em **segundo lugar**, o que merece uma atenção especial é essa profunda observação de Marx de que a destruição da máquina burocrática e militar do Estado é a "condição prévia de qualquer revolução verdadeiramente popular". Essa expressão - "revolução popular" - parece surpreendente na boca de Marx, e os adeptos de Plekhanov na Rússia, assim como os mencheviques, esses discípulos de Struve, desejosos de passar por marxistas, poderiam torná-la por um "engano". Reduziram o marxismo a uma doutrina tão mesquinamente liberal que, afora a antítese - revolução burguesa e revolução proletária - nada existe para eles, e, ainda assim, só concebem essa antítese como uma coisa já morta.

Se tomarmos para exemplo as revoluções do século XX, temos de reconhecer que as revoluções portuguesa e turca foram revoluções burguesas. Mas, nem uma nem outra foram "populares". De fato, a massa do povo, a grande maioria, com as suas exigências econômicas e políticas próprias, não fez sentir a

sua influência nem numa nem noutra. Em compensação, a revolução burguesa na Rússia em 1905-1907, sem ter tido os "brilhantes" resultados da portuguesa e da turca, foi, sem contestação, uma revolução "verdadeiramente popular"; aqui, a massa do povo, a sua maioria, as suas camadas sociais "inferiores", esmagadas sob o jugo da exploração, sublevaram-se espontaneamente e imprimiram a todo o curso da revolução o cunho das suas exigências, das suas tentativas para reconstruir à sua maneira uma nova sociedade no lugar da antiga em vias de destruição.



Lenin

Em nenhum dos países da Europa continental de 1871, a maioria do povo era constituída pelo proletariado. A revolução capaz de arrastar a maioria do movimento só poderia ser "popular" com a condição de englobar o proletariado e os camponeses, Essas duas classes constituíam, então, "o povo". Essas duas classes são solidárias, visto que a "máquina burocrática e militar do Estado" as oprime, as esmaga e as explora. Quebrar essa máquina, demoli-la, tal é o objetivo prático do "povo", da sua maioria, dos operários e dos camponeses; tal é a "condição prévia" da aliança livre dos camponeses mais pobres e do proletariado. Sem essa aliança, não há democracia sólida nem transformação social possível.

Era para essa aliança, como se sabe, que tendia a Comuna de Paris, que falhou por uma série de razões de ordem interna e externa.

Ao falar de uma "revolução verdadeiramente popular", sem esquecer as particularidades da pequena burguesia, a que muitas vezes e largamente se referiu, Marx media rigorosamente as relações de forças sociais na maioria dos Estados continentais da Europa, em 1871. Por outro lado, constatava que os operários e camponeses são igualmente interessados em quebrar a máquina do Estado e em coligarem-se para o objetivo comum de suprimir o "parasita" e de o substituir por alguma coisa de novo.

E por que coisa?



Pintura sobre a Comuna de Paris

2. Por Que Deve Ser Substituída a Máquina do Estado, Depois de Destruída?

No Manifesto Comunista, em 1847, Marx ainda não dava a essa pergunta senão uma resposta completamente abstrata; ou melhor, limitava-se a enunciar o problema sem precisar os meios de o resolver. Substituir a máquina do Estado pelo "organização do proletariado como classe dominante", pela "conquista da democracia", tal era a resposta.

Para não cair na utopia, Marx esperava da experiência de um movimento de massas a resposta à questão de saber que formas concretas tomaria essa organização do proletariado em classe dominante e de que modo essa organização se conciliaria com uma inteira e metódica "conquista de democracia".

Na Guerra Civil em França, Marx submete a uma análise das mais atentas a experiência da Comuna, malgrado a debilidade desta. Citaremos os pontos principais dessa obra:

No século XIX desenvolvia-se, transmitido pela Idade Média, "o poder centralizado do Estado, com os seus órgãos onipresentes: exército permanente, policia, burocracia, clero, magistratura". Graças ao desenvolvimento do antagonismo de classes entre o Capital e o Trabalho, "o poder do Estado assumiu cada vez mais o carácter de uma força pública organizada para a servidão social, de um instrumento de despotismo

de uma classe. Toda revolução que marque uma etapa da luta de classes ressalta, com um relevo cada vez maior, o caráter repressivo do poder do Estado". Depois da revolução de 1848-49, o poder do Estado torna-se "o grande instrumento nacional da guerra do Capital contra o Trabalho". O segundo Império não fez senão consolidá-lo.

"A Comuna foi o antípoda do Império" . Foi uma forma "positiva", uma "República que devia suprimir não só a forma monárquica da dominação de uma classe, mas essa própria dominação".

Em que consistia essa forma "positiva" de República proletária socialista? Que espécie de Estado começou a Comuna a criar?

O primeiro decreto da Comuna suprimiu, pois, o exército permanente e substituiu-o pelo povo armado.

Essa reivindicação encontra-se, hoje, no programa de todos os partidos que se dizem socialistas. Mas, vê-se o que valem os programas dos nossos menchevíques, que, apoia a revolução de março, se recusaram precisamente a satisfazer essa reivindicação.

A Comuna foi constituída por conselheiros municipais eleitos por sufrágio universal nos diferentes bairros de Paris. Eram responsáveis e, a todo o tempo, amovíveis. A maioria compunha-se, muito naturalmente, de operários ou de representantes reconhecidos da classe operária.

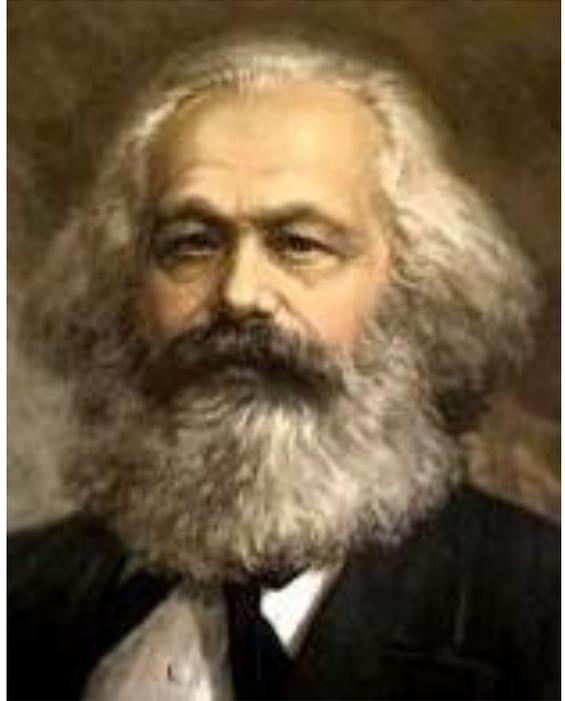
A polícia, até então agente do governo central, foi imediatamente despojada das suas atribuições políticas, tornando-se um agente responsável e sempre amovível da Comuna. O mesmo princípio foi aplicado a todos os funcionários da administração. A começar pelos membros da Comuna, até embaixo, a remuneração do serviço público não devia ser superior a um salário normal de operário. Os direitos adquiridos e os direitos de representação dos altos titulares do Estado desapareceram com esses mesmos títulos...

Suprimidos o exército permanente e a polícia, elementos da força material do antigo governo, a Comuna decidiu destruir a força espiritual de repressão, o poder dos padres...

Os magistrados deviam perder a sua aparente independência... Como os demais servidores do povo, os magistrados e os juizes deviam ser eleitos, responsáveis e amovíveis.

Assim, a Comuna "contentava-se por assim dizer, em substituir a máquina do Estado quebrada por uma democracia mais completa: supressão do exército permanente, elegibilidade e imovibilidade de todos os funcionários. Na realidade, ela "contentava-se", assim, em substituir - obra gigantesca - certas instituições por outras instituições essencialmente diferentes. É esse, justamente, um caso de "transformação de quantidade em qualidade": a democracia, realizada tão plenamente e tão metodicamente quanto é possível sonhar-se, tornou-se proletária, de burguesa que era; o Estado (essa força destinada a oprimir uma classe) transformou-se numa coisa que já não é, propriamente falando, o Estado.

Derrotar a burguesia e quebrar a sua resistência não deixa de ser, por isso, uma necessidade. Para a Comuna, isso era particularmente necessário, e uma das causas da sua derrota foi não se ter lançado a fundo nessa tarefa. Mas, na Comuna, o órgão de repressão era a maioria da população e não mais a minoria, como fora sempre o caso ao tempo da escravidão, da servidão e do salariado. Ora, uma vez que é a própria maioria do povo que oprime os seus opressores, já não há necessidade de uma "força especial" de repressão! É nesse sentido que o Estado começa a definhir. Em lugar de instituições especiais de uma minoria privilegiada (funcionários civis, chefes do exército permanente), a própria maioria pode desempenhar diretamente as funções do poder político, e, quanto mais o próprio povo assumir essas funções, tanto menos se fará sentir a necessidade desse poder.



Karl Marx

A esse respeito, é particularmente notável uma das medidas tomadas pela Comuna e salientada por Marx: supressão de todas as despesas de representação, supressão dos privilégios pecuniários dos funcionários, redução de "todos" os ordenados administrativos ao nível do "salário operário". É nisto que mais se faz sentir a passagem brusca da democracia burguesa para a democracia proletária, a passagem da democracia dos opressores para a democracia dos oprimidos, a passagem da dominação de um "força especial" destinada à opressão de determinada classe para o esmagamento dos opressores pelas forças combinadas da maioria do povo, dos operários e dos camponeses. E é precisamente nesse ponto, o mais importante, o mais indiscutível, talvez, dá questão do Estado, que os ensinamentos de Marx foram mais esquecidos! Os inúmeros comentários dos vulgarizadores não tocam nele! É "costume" calarem-se sobre o assunto, como se fora uma "ingenuidade" antiquada, exatamente como os cristãos, uma vez o seu culto tornado religião de Estado, se "esqueceram" das "ingenuidades" do cristianismo primitivo e do seu espírito democrático revolucionário.

A redução geral dos vencimentos dos altos funcionários parece a "simples" exigência de um democratismo ingênuo e primitivo. Um dos fundadores do oportunismo moderno, o ex-social-democrata Eduardo Bernstein, muitas vezes exercitou-se em repetir as medíocres zombarias burguesas contra o democratismo "primitivo". Como todos os oportunistas e como os kautskistas do nosso tempo, Bernstein absolutamente não compreendeu que a passagem do capitalismo ao socialismo é impossível sem um certo

"regresso" ao democratismo "primitivo": como podem, de outro modo, ser desempenhadas as funções do Estado pela maioria da população e pela população toda? Em seguida, não viu ele que o "democratismo primitivo", na base do capitalismo e da civilização capitalista, difere do democratismo primitivo das épocas antigas ou pré-capitalistas. A civilização capitalista criou a grande produção, as fábricas, as estradas de ferro, o correio, o telefone, etc.; ora, nessa base, a grande maioria das funções do velho "poder do Estado" tem-se por tal forma simplificado e pode ser reduzida a operações tão simples de registro, de inscrição, de fiscalização, que essas funções se tornarão inteiramente acessíveis a todos os cidadãos de instrução primária, mediante o "salário habitual", e podem e devem perder até o último vestígio de caráter privilegiado e "hierárquico".

Elegibilidade absoluta, imovibilidade, em qualquer tempo, de todos os empregos sem exceção, redução dos vencimentos ao nível do salário operário habitual - essas medidas democráticas, simples e evidentes por si mesmas, solidarizando os interesses dos operários e da maioria dos camponeses, servem, ao mesmo tempo, de ponte entre o capitalismo e o socialismo. Essas medidas reformistas são de ordem puramente governamental e política, e, naturalmente, não atingem todo o seu significado e todo o seu alcance senão com a "expropriação dos expropriadores" preparada ou realizada, isto é, com a socialização da propriedade privada capitalista dos meios de produção.

A Comuna - escrevia Marx - realizou o governo barato, essa esparrela em que caem todas as revoluções burguesas, suprimindo o exército permanente e os funcionários do Estado.

Entre os camponeses, como nas outras camadas da pequena burguesia, só uma ínfima minoria consegue "subir" e "vencer", no sentido burguês da palavra - isto é, só poucos indivíduos chegam a uma situação abastada, de burgueses ou funcionários garantidos e privilegiados. A imensa maioria dos camponeses, não importa em que país capitalista onde exista campesinato (e é o caso mais frequente), é oprimida pelo governo e aspira a derrubá-lo, para instalar, enfim, um "governo barato". É esta uma ação que só o proletariado pode realizar, dando assim um passo para a transformação socialista do Estado.

3. Supressão do Parlamento



Одно из первых заседаний солдатской секции Петроградского Совета.

Uma das primeiras reunião dos soldados dos Soviete (conselho) de Petrogrado – Rússia (1917).

A Comuna, disse Marx, devia ser, não uma corporação parlamentar, mais sim uma corporação laboriosa, ao mesmo tempo legislativa e executiva...

Em lugar de resolver, de três em três ou de seis em seis anos, qual o membro da classe dominante que deverá "representar" o povo no parlamento, o sufrágio universal devia servir ao povo constituído em comunas para recrutar, ao seu serviço, operários, contramestres, guarda-livros, da mesma forma que o sufrágio individual serve a qualquer industrial, na sua procura de operários ou contramestres.

Essa observação crítica do parlamentarismo, feita em 1871, deve à hegemonia do social-patriotismo e do oportunismo a sua inclusão entre as "páginas esquecidas" do marxismo. Ministros e parlamentares de profissão, renegados do proletariado e socialistas "de negócios" contemporâneos deixaram aos anarquistas o monopólio da crítica do parlamentarismo e classificaram de "anarquista" toda crítica do parlamentarismo! Não é, pois, de admirar que o proletariado dos países parlamentares "adiantados", enjoado dos socialistas de marca de Scheidemann, David, Legien, Sembat, Renaudel, Henderson, Vandervelde, Stauning, Branting, Bissolati e Cia., tenha reservado cada vez mais as suas simpatias para o anarco-sindicalismo, muito embora seja este irmão do oportunismo.

A dialética revolucionária nunca foi para Marx a fraseologia da moda, a frioleira que dela fizeram Plekhanov, Kautsky e outros. Marx soube romper impiedosamente com o anarquismo, pela impotência deste em utilizar-se até mesmo da "estribaria" do parlamentarismo burguês, principalmente quando a situação não é, de forma alguma, revolucionária; mas, ao mesmo tempo, soube fazer uma crítica verdadeiramente revolucionária e proletária do parlamentarismo.

Decidir periodicamente, para um certo número de anos, qual o membro da classe dominante que há de oprimir e esmagar o povo no parlamento, eis a própria essência do parlamentarismo burguês, não somente nas monarquias parlamentares constitucionais, como também nas repúblicas mais democráticas.

Entretanto, se se põe a questão do Estado, se se encara o parlamentarismo como uma das instituições' do Estado, como sair do parlamentarismo, do ponto de vista da ação do proletariado nesse domínio, e como dispensá-lo?

Devemos repeti-lo ainda. uma vez: os ensinamentos de Marx baseados no estudo da Comuna acham-se tão bem esquecidos que o social-democrata contemporâneo (leia-se: o renegado contemporâneo do socialismo) é incapaz de conceber outra crítica do parlamentarismo que não seja a crítica anarquista ou reacionária.

O meio de sair do parlamentarismo não é, certamente, anular as instituições representativas e a elegibilidade, mas sim transformar esses moinhos de palavras que são as assembleias representativas em assembleias capazes de "trabalhar" verdadeiramente. A Comuna devia ser uma assembleia, "não parlamentar, mas trabalhadora", ao mesmo tempo legislativa e executiva.

Uma assembleia "não parlamentar, mas trabalhadora", escutem bem, seus "totós" parlamentares da social-democracia moderna! Reparem em qualquer país de parlamentarismo, desde a América à Suíça, desde a França à Noruega, etc.: a verdadeira tarefa "governamental" é feita por detrás dos bastidores, e são os ministérios, as secretárias, os estados-maiores que a fazem. Nos parlamentos, só se faz tagarelar, com o único intuito de enganar a "plebe". Tanto isso é verdade que, mesmo na república burguesa democrática, todos esses pecados do parlamentarismo já se fazem sentir, antes mesmo que a república tenha conseguido criar um verdadeiro parlamento. Os heróis da pequena burguesia apodrecida, os Skobelev e os Tseretelli, os Tchernov e os Avksentiev, conseguiram gangrenar até os Sovietes, à maneira do mais repugnante parlamentarismo burguês, fazendo deles moinhos de palavras. Nos Sovietes, os srs. ministros "socialistas" enganam os mujiques de boa fé com a sua fraseologia e as suas resoluções. É uma quadrilha governamental permanente, para reunir, por um lado, em volta do "bolo" dos empregos lucrativos e honoríficos, o maior número possível de socialistas-revolucionários e de mencheviques, e, por outro lado, para "distrair" o povo. Enquanto isso, a tarefa "governamental" vai-se fazendo nas secretarias e nos estados-maiores.



ПРЕДСТАВИТЕЛИ СОВѢТА РАБОЧИХЪ И СОЛДАТСКИХЪ ДЕПУТАТОВЪ.

Среди нихъ: Г. В. Плехановъ, Н. С. Чхеидзе, М. И. Снобелевъ, И. Г. Церетели, Богдановъ, Стекловъ и др.

Representantes do Soviet (conselho) de Trabalhadores e Soldados

O Dielo Naroda, órgão do partido socialista-revolucionário, num artigo de fundo ultimamente publicado, confessa, com a incomparável franqueza da gente da "boa sociedade" caída na prostituição política, que, mesmo nos ministérios pertencentes aos "socialistas" (desculpem a expressão!), todo o aparelho administrativo funciona como antigamente, que nada ali mudou e que as reformas revolucionárias são sabotadas com plena "liberdade". Mas, mesmo sem essa confissão, acaso a história da participação dos socialistas-revolucionários e dos mencheviques no governo não é a melhor prova disso? E o que é característico é que, ocupando os ministérios ao lado dos cadetes, os srs. Tchernov, Russanov, Zenzinov e outros redatores do Dielo Naroda levam a imprudência ao ponto de contar publicamente e sem corar, como se fora uma coisa sem consequências, que nos seus ministérios nada mudou! Fraseologia revolucionária-democrática para enganar o jeca e embromação burocrática para "engabelar" os capitalistas, eis o fundo da "leal" coligação ministerial.

Esse parlamentarismo venal e putrefato da sociedade burguesa, substitui-o a Comuna por instituições onde a liberdade de discussão e de exame não degenera em intrujice; os próprios mandatários devem trabalhar e eles mesmos fazer executar as suas leis, verificar os resultados obtidos e responder diretamente perante os seus eleitores. As instituições representativas são mantidas, mas já não há parlamentarismo como sistema especial, como divisão do trabalho legislativo e executivo, como situação privilegiada para os deputados. Não podemos fazer ideia de uma democracia, mesmo proletária, sem instituições representativas, mas podemos e devemos realizá-la sem parlamentarismo, se a crítica da sociedade burguesa não é, pelo menos para nós, uma palavra vã, se o nosso esforço para derrubar a dominação da burguesia é um esforço honesto e sincero e não uma expressão "eleitoral", destinada simplesmente a surripiar os votos dos operários, como sucede com os mencheviques e os socialistas-revolucionários, como sucede com os Scheidemann e os Legien, os Sembat e os Vandervelde.

É muito edificante ver que Marx, falando do gênero de administração que é necessário à Comuna e à democracia proletária, toma como termo de comparação o pessoal de "qualquer outro patrão", isto é, uma empresa capitalista comum, com os seus 6 operários, contramestres e guarda-livros".

Não há a menor parcela de utopismo em Marx. Ele não inventa, não imagina, já prontinha, uma sociedade "nova". Não, ele estuda, como um processo de história natural, a gênese da nova sociedade saída da antiga, as formas intermediárias entre uma e outra. Baseia-se na experiência do movimento proletário e esforça-se por tirar dela lições práticas. "Vai à escola" da Comuna, como todos os grandes pensadores revolucionários que não hesitaram em entrar na escola dos grandes movimentos da classe oprimida, em lugar de pregar a esta uma "moral" pedante, como faz Plekhanov, quando diz: "Não devam pegar em armas!", ou Tseretelli, quando diz: "Uma classe deve saber, por si mesma, limitar suas aspirações".

Não se trata de aniquilar o funcionalismo de um golpe, totalmente e por toda parte. Eis onde estaria a utopia. Mas destruir sem demora a velha máquina administrativa, para começar imediatamente a construir uma nova, que permita suprimir gradualmente o funcionalismo, isso não é uma utopia, é a experiência da Comuna, é a tarefa primordial e imediata do proletariado revolucionário.

O socialismo simplifica as funções da administração do "Estado", permite que se suprima a "hierarquia", reduzindo tudo a uma organização dos proletários em classe dominante, que empregue, por conta da sociedade inteira, operários, contramestres e guarda-livros.

Não somos utopistas. Nunca "sonhamos" poder dispensar bruscamente, de um dia para o outro, toda e qualquer administração, toda e qualquer subordinação; isso são sonhos anarquistas resultantes da incompreensão do papel da ditadura proletária, sonhos que nada têm de comum com o marxismo e que na realidade não servem senão para adiar a revolução socialista até que os homens venham a ser de outra

essência. Não, nós queremos a revolução socialista com os homens tais como são hoje, não podendo dispensar nem a subordinação, nem o controle, nem os "contramestres", nem os "guarda-livros".

Mas, é à vanguarda armada de todos os exploradores e de todos os trabalhadores, é ao proletariado, que eles devem subordinar-se. Pode-se e deve-se começar, imediatamente, de um dia para o outro, a substituir a "hierarquia" específica dos funcionários



por simples cargos de "contramestres" e "guarda-livros", cargos já agora inteiramente acessíveis à população urbana, dado o grau do seu desenvolvimento geral, e fáceis de desempenhar "mediante um salário operário".

Organizemos a grande indústria, segundo os modelos que o capitalismo oferece. Organizemo-la nós mesmos, operários, seguros de nossa experiência operária, impondo uma disciplina rigorosa, uma disciplina de ferro, mantida pelo poder político dos trabalhadores armados; reduzamos os funcionários ao papel de simples executores da nossa vontade, responsáveis e amovíveis, ao papel de "contramestres" e "guarda-livros" modestamente pagos (conservando, evidentemente, os técnicos e especialistas de toda espécie e categoria); tal é a nossa tarefa proletária, tal é o modo por que deve começar a revolução proletária. Esse programa, aplicado na base da grande produção, acarreta por si mesmo o "definhamento" progressivo de todo o funcionalismo, o estabelecimento gradual de um regime inteiramente diferente da escravidão do assalariado, um regime onde as funções, cada vez mais simplificadas, de fiscalização e contabilidade, serão desempenhadas por todos, cada qual por seu turno, tornando-se depois um reflexo para, finalmente, desaparecer, na qualidade de funções especiais de uma categoria especial de indivíduos.

Mais ou menos em 1870, um espirituoso social-democrata alemão considerava o correio como um modelo de instituição socialista. Nada mais justo. Atualmente, o correio é uma administração organizada, segundo o tipo do monopólio de Estado capitalista. O imperialismo transforma, a pouco e pouco, todos os trustes em organizações do mesmo tipo. Os "simples" trabalhadores, famintos e sobrecarregados de trabalho, continuam submetidos à burocracia burguesa. Mas, o mecanismo da empresa social está pronto. Uma vez derrubados os capitalistas, uma vez quebrada, pela mão de ferro dos operários armados, a



www.averdade.org.br

resistência dos seus exploradores, uma vez demolida a máquina burocrática do Estado atual, estaremos diante de um mecanismo admiravelmente aperfeiçoado, livre do "parasita", e que os próprios trabalhadores, unidos, podem muito bem pôr em funcionamento, contratando técnicos, contramestres e guarda-livros e pagando-lhes, a todos, pelo seu trabalho, como a todos os funcionários "públicos" em geral, um salário de operário. Eis a tarefa concreta, prática, imediatamente realizável em relação a todos os trustes, destinada a libertar da exploração os trabalhadores; esta tarefa já foi iniciada praticamente, no domínio governamental, pela Comuna de Paris. Devemos levar em conta essa experiência.

Toda a vida econômica organizada à maneira do correio, na qual os técnicos, os fiscais e os guarda-livros, todos os funcionários, receberão um vencimento que não exceda o salário de um operário, sob a direção e o controle do proletariado armado - eis o nosso objetivo imediato. Eis o Estado, eis a base econômica de que necessitamos. Eis o que aniquilará o parlamentarismo, mantendo, no entanto, as instituições representativas; eis o que fará dessas instituições, atualmente prostituídas à burguesia, instituições a serviço das classes laboriosas.

Notas

⁽⁶⁾ As cartas de Marx a [Kugelmann](#) foram publicadas em russo, em duas edições pelo menos, sendo que uma revista e prefaciada por mim.